



## RESOLUÇÃO

Após conhecimento da decisão da Junta de Freguesia das Avenidas Novas em contratar uma empresa privada para assumir parte da varredura e lavagem da freguesia;

Ponderando e analisando os problemas, limitações, soluções, riscos e potencialidades sobre o serviço público que prestam à população da Freguesia, mas também às populações do resto da cidade sempre que necessário;

Os trabalhadores afetos à limpeza urbana da **Junta de Freguesia das Avenidas Novas**, reunidos em plenário convocado pelo STML no dia 30 de Outubro, afirmam o seguinte:

1. Confirma-se algumas das preocupações que conduziram o STML a denunciar e combater o processo da reforma administrativa da cidade que originou o desmantelamento de importantes serviços municipais, como o da limpeza urbana;
2. O STML alertou exaustivamente sobre os perigos de uma transferência abrupta, irrefletida e irresponsável de meios humanos e materiais, já de si insuficientes na CML, para as juntas da cidade e que a mesma transferência traria consequências negativas nos direitos e remunerações dos trabalhadores envolvidos;
3. Da parte da JF, pouco ou nada foi feito, face à insuficiência dos meios necessários à execução dos trabalhos diários da varredura e lavagem das ruas;
4. Os EPI's distribuídos aos trabalhadores são de fraca qualidade e não cumprem com o propósito para o qual foram criados;
5. A resposta inicial do executivo PSD à luta travada por melhores condições de trabalho, materializada num desfile e manifestação à porta da sede da Junta, não passou pela resolução dos problemas tornados públicos pelos trabalhadores, mas pela imposição de medidas repressivas como o corte de trabalho extraordinário;
6. Nas Avenidas Novas, os problemas agravaram-se pela inércia e arbitrariedade do seu executivo que, a título de exemplo, só agora, 17 meses depois, decidiu avançar nas obras de requalificação do posto de limpeza de São Sebastião, reivindicação há muito exigida pelos trabalhadores e sindicato;

7. O executivo das Avenidas Novas numa espécie de *fuga pró frente* decide contratar uma empresa privada para a prestação do serviço público, através de uma opção provavelmente mais dispendiosa para o erário público, em vez de optar por uma organização do trabalho mais eficaz, assumindo a contratação dos trabalhadores considerados necessários a esse objetivo;
8. À semelhança de casos análogos, a assunção por uma empresa privada da gestão e exploração de áreas de interesse público procura, no essencial, maximizar o lucro e não satisfazer propriamente o interesse geral e que num contexto de privatização são também os postos de trabalho que ficam em risco;

**FACE AOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS, OS TRABALHADORES AFETOS À LIMPEZA URBANA DA JUNTA DE FREGUESIA DAS AVENIDAS NOVAS EXIGEM:**

- *A suspensão imediata da concessão a Empresas privadas da varredura e lavagem dos arruamentos da Freguesia!*
- *O investimento em meios humanos, através da abertura de procedimentos concursais de ingresso por tempo indeterminado, que permita uma resposta adequada às necessidades efetivas da Freguesia!*
- *A realização nas atuais instalações (Posto de Limpeza de São Sebastião), das obras necessárias à criação de condições de habitabilidade dignas;*
- *Aquisição dos meios materiais indispensáveis ao trabalho que se realiza diariamente;*
- *A celebração de um Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP), entre a Junta de Freguesia e o STML, que assegure a manutenção das 35 horas de trabalho semanal, sem adaptabilidade e sem bancos de horas!*
- *Serem tratados com respeito e dignidade!*

**DECIDEM AINDA:**

- *Dar conhecimento desta resolução à Assembleia de Freguesia, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Lisboa e,*
- *Mandar o STML ao desenvolvimento de todas as formas de luta, justas e adequadas, no sentido de defender o serviço público, os postos de trabalho e os seus direitos.*

**Lisboa, 30 de Outubro de 2015**